

DEIXIS, TEMPO E TEXTUALIZAÇÃO
NUM EXCERTO DE *BAÍÁ DOS TIGRES*
DE PEDRO ROSA MENDES

ANA MARTINS
acsmartins@mail.telepac.pt

«Qual Cristóvão Colombo da linguística, Benveniste descobriu uma coisa muito diferente da que se propunha descobrir e, igualmente, essa descoberta parcialmente acidental era muito mais importante e muito mais nova do que a que estava no seu espírito fazer.»

Fernanda Irene Fonseca, «O Perfeito e o pretérito e a teoria dos níveis de enunciação»

1. As extensões, derivações ou implicações do estudo da deixis certificam a assunção de que a linguística é útil à análise dos discursos, de que a análise dos discursos enriquece a linguística e, finalmente, de que a linguística é análise dos discursos. Situada para além do estudo de pendor descritivo-informativo de formas e núcleos de formas, tendo como ponto de alcance (ou *ponto de fuga*) o pleno exercício linguístico, o estudo da enunciação cumpre uma única e mesma tarefa – a descrição da construção da expressão-configuração-comunicação – através de várias entradas, seja:

- no levantamento dos princípios que operam na actuação sobre o mundo através da palavra;
- na detecção dos modos de gestão da interdiscursividade;
- na avaliação das co-determinações sobre encadeamentos sequenciais;
- na análise dos movimentos metadiscursivos;
- etc..

Destaco três áreas de trabalho que a teorização sobre a deixis e a enunciação enforma: **(i)** o apuramento de relações entre tempo, aspecto e modo num esquema funcional e integrado do sistema verbal; **(ii)** a descrição de diferentes regimes enunciativos, com implicações na detecção de diferentes registos interlocutivos e de diferentes estratégias de textualização; **(iii)** a compreensão do fenómeno da ficção.

(i) A activação de um dado tempo verbal, num cotexto com uma particular combinatória de tempos verbais, adverbiais e marcas de pessoa, ordena ou posiciona o evento ou estado, referenciado pelo lexema verbal, em relação a outros eventos numa linha temporal que rumo directamente (nível de enunciação actual ou primário) ou indirectamente (nível inactual ou secundário) ao momento de enunciação. A selecção do mesmo tempo verbal dá informação quanto ao modo como é perspectivado o evento: se o evento é perspectivado a partir do interior do seu desenvolvimentos (*imperfectivo*), pode servir de eixo de orientação temporal do plano inactual; se é perspectivado como ponto tridimensional fechado (*perfectivo*), o evento participa de uma cadeia serial de eventos, em princípio, alheia à situação de elocução e, portanto, inscrita no plano inactual; se o evento é dado como terminado e se originou um estado resultante na situação de enunciação (*acabado de presente*), esse evento está inscrito no plano actual. Ainda: a opção por essa mesma forma verbal dá testemunho do grau de crença do sujeito locutor na realização do evento: a maior ou menor factualidade atribuída ao evento está implicada na referenciação temporal, na medida em que depende de um maior ou menor afastamento locutor-evento, em relação de posterioridade, pelo menos; o grau de factualidade do evento está também implicado no valor aspectual pelo facto de ele ser concomitante ao grau de consumação ou completação desse mesmo evento. Em suma, em qualquer destas três dimensões da referenciação da morfologia verbal, aparece continuamente expressa a inclusão do sujeito no seu instante e, cumulativamente, é tecida a linha divisória entre o eventual e o volvido, entre o potencial e o realizado, entre o virtual e o factual.

(ii) O trabalho desenvolvido com base no sistema enunciativo binário de Benveniste (“histoire”-“discours”) tem permitido o desdobramento de parâmetros e o conseqüente apuramento de diferentes regimes enunciativos, como sejam a enunciação face a face que contempla a actividade narrativa ou a enunciação distanciada e simultaneamente conforme aos parâmetros da enunciação, que tem como exemplo o discurso gnómico das ciências ou o do conhecimento popular. A partir de um trabalho deste género é, por exemplo, possível distinguir dois modos de textualização de acções: a narração, onde é cumprido um esquema de incidência

de composição hierárquica, com acções radicadas num universo temporal autónomo em relação ao momento da enunciação, donde resulta uma configuração vocacionada para dar a chave de uma particular inteligibilidade da experiência humana; e o relato, em que a situação é anterior e orientada para a situação de enunciação, mas, ao mesmo tempo, apresentada como estando em vigência, pela reactivação dos deícticos primários, e onde o encadeamento sequencial paratáctico se presta basicamente a dar uma imagem de um estado de coisas.

(iii) A fundamentação de base enunciativa da explicação do comportamento verbal de mais elevada potenciação comunicativa – o *falar ficcionalmente* – veio atestar em definitivo que a ficção não se atém à invenção da realidade, nem que está dependente de determinações institucionais ou de *contratos de irresponsabilidade recíproca* (Genette, 1991: p. 13) entre escritor-leitor: há ficção quando um estado de coisas está radicado num tempo desligado em absoluto do momento da fala/produção escrita e do momento da audição/recepção pela leitura – e isso está marcado, especificamente no texto escrito, pelo dispositivo deíctico:

- na hegemonia do Presente Simples (PRS) indicial (ou de instanciação);
 - nos verbos de acção interna conjugados na 3.^a pessoa;
 - na contiguidade apertada entre tempos verbais e adverbiais do subsistema actual/primário e do subsistema inactual/secundário;
- com diferentes reflexos no modo como é exercida a reportação de falas e pensamentos das pessoas figuradas no discurso.

A visão, em campo aberto, sobre o alcance do estudo da deixis, onde procuro projectar o meu trabalho, resulta directamente do livre acesso que tenho à partilha franca de conhecimento e ao exemplo de rigor, inteligência e sensibilidade no exercício da investigação, na *qualidade* de aluna da Professora Fernanda Irene Fonseca.

2. A unidade textual que trago para análise é um excerto da obra *Baía dos Tigres* de Pedro Rosa Mendes. Procuro que esta análise seja uma demonstração (parcial) de como os principais aspectos visados na tentativa de compreender a arquitectura e o funcionamento de um discurso têm o fenómeno deíctico como matriz.

Baía dos Tigres é um romance publicado no final do ano de 1999 que tem como pano de fundo uma viagem (ou melhor, *várias viagens*), uma travessia inverosímil, em 1997, do continente africano, de Angola a Moçambique, durante três meses e meio. Uma viagem pelos destroços, pela miséria, por extensas áreas densamente minadas – pela morte.

2.1. O segmento da obra seleccionado (ver anexo) corresponde à parte inicial, sem supressões, do oitavo capítulo. Justificarei a delimitação deste bloco discursivo através da explicitação da estrutura semântica que lhe subjaz, em confrontação com as estruturas semânticas intercalares desenvolvidas no corpo de todo o capítulo, bem como por meio da esquematização global das relações composicionais intra e inter-enunciados.

Especificamente, a análise permitirá concluir a respeito da conjugação dos vários valores temporais e aspectuais do Presente (PRS) na representação de uma situação de aprisionamento do indivíduo e propor tópicos de especulação sobre diferentes áreas de sobreposição e amálgama desses valores na exploração de mecanismos de textualização da atemporalidade.

2.1.1. Começo por propor uma formulação que superficialize a macroproposição responsável pela regência semântica do conteúdo do excerto assim demarcado:

Estar preso numa área de aquartelamento

Esta formulação focaliza a situação em absoluto, designando o estado em si mesmo, sem atendimento a fronteiras iniciais ou finais e, por conseguinte, alheia a um enquadramento de ordem temporal-accional.

Devolvo, por momentos, o excerto ao discurso integral do capítulo a que pertence, relativizando a sua estrutura semântica global, que acabei de explicitar, ou seja, encarando o segmento delimitado não como uma totalidade (que é o que de facto vai acontecer no resto desta exposição), mas como uma parte de outro todo unitário que é o capítulo. Detecto então que o quadro situacional de imobilidade que no excerto se configura entremeia com blocos discursivos preenchidos por:

- invocação de falas, em expansão do tema relativo a *alienações místicas* (assim se introduzindo a história de vida de Joãozinho – «Compreendo o que *me contou* Joãozinho, (...)» (p. 50)¹ – e o testemunho de Alok, sobre a arte da meditação – «Alok *explicou-me*² que (...)» (p. 53);
- rememoração de uma situação presenciada (o caso dramático de Kavaleka, a aldeia angolana com maior densidade de mutilados no mundo

¹ Estou a utilizar a 1.^a edição: Pedro Rosa Mendes, *Baía dos Tigres*, Lisboa, Caminho, 1999.

² Os sublinhados são meus.

inteiro), em nexos temáticos com a expressão da sensação de supressão de uma parte do corpo;

– e ainda uma breve digressão, sobre a expressividade de uma construção linguística em umbundo.

Em face desta alternância de estruturas, com retorno constante à estrutura semântica a que pertence o excerto, mas também atendendo à tipologia que as enforma (falas, episódios, reflexões), parece lícito afirmar que a representação da imobilidade e isolamento forçado do locutor fornece o enquadramento, a circunstância e a motivação para chamar ao discurso fragmentos de vozes reconstruídas e de realidades experienciadas.

Assim, a estrutura semântica em foco não se estanca no limite que proponho nesta segmentação *em excerto*; pelo contrário, ela será retomada mais três vezes ao longo do capítulo, se bem que nunca com tanta extensão.

2.2. Não sendo a extensão um critério válido para a eleição ou preterição de um segmento discursivo em relação a outro, ambos constituintes da mesma estrutura semântica, justifico a delimitação desta unidade discursiva pela detecção de um desenho organizacional aí vigente (ver adiante, figura 1), capaz de fazer com que ela participe na construção do todo comunicacional do discurso do capítulo e da obra, com um sentido obtido por dependências internas, e, ao mesmo tempo, dependente do influxo de sentido de outras parcelas discursivas, dentro e fora deste oitavo capítulo.

Centro-me, então, no discurso do excerto.

2.2.1. Globalmente, a estrutura **A** veicula a ocorrência de um evento – *a paragem do tempo* – sendo que as demais estruturas, textualizadas a seguir, (**B-F**) concorrem para a configuração do estado de coisas subsequente a esse evento.

Defendo que da parcela de discurso considerada entre **B-F** é plausível tomar a estrutura intermédia **B7-B12**, no início, e **F45**, no fim, como segmentos de contorno dessa parcela. Em abono da justeza desta operação concorrem três factos:

(i) o facto de quer **B7-B12**, quer **F45** não terem uma referência autónoma, antes se reportarem a um estado de coisas já introduzido no discurso, instituindo uma relação anafórica com o segmento do contexto antecedente, especificamente, **A6**: “Parou”;

(ii) o facto de apenas nesses segmentos se elaborar a construção directa/lexemática da isotopia central em todo o capítulo, relativa a *prisão*: “fechados”, “preso”, “fuga”, “prisioneiro”;

(iii) o facto de estas sequências não serem instanciadas, ou seja, o sentido que aí se constrói não reflecte nem depende directamente da situação de enunciação (ficcional).

O levantamento destes traços conduz à possibilidade de tomar os enunciados identificados como constituintes de um *comentário*, de acordo com a definição restrita de Danon-Boileau e Bouscaren (1984: pp. 61-64). Aplico integralmente os critérios formais de atestação de *comentário*, usados nessa específica definição, aos enunciados **B7** e **F45**, especificamente:

- o sujeito é um predicado nominalizado: “o tempo parado”; “um prisioneiro”;
- a tematização do sujeito;
- a estrutura sintáctica com verbo cópula: “O tempo parado é uma companhia...”; “Um prisioneiro deve ser assim”;
- a presença da modalidade epistémica: “deve ser”.

Também do ponto de vista da construção referencial e do ponto de vista da radicação temporal, é admissível atribuir a toda a sequência **B7-B12** um valor *comentativo*, na medida em que, por um lado, «les procès d'un commentaire ne déterminent pas un événement pourvu d'une référence temporelle de type 'instant ponctuel'» e, por outro lado, «le procès du commentaire entretient une relation de dépendance par rapport à un autre procès du contexte (l'antécédent) (...) le repère temporel pour lequel la relation prédicative du procès 'antécédent' est posée comme validée garantit également la validation du procès du commentaire.» (Danon-Boileau e Bouscaren, 1984: p. 63). Ou seja, globalmente, estou a considerar que em **B7-B12** se indica um estado de coisas (resultante de um evento denotado em **A**) – “o tempo parado” – sobre o qual se predica: “é estar preso”; “é poder vogar interiormente”; “é (como) respirar lufadas água”. Para **F45**, tomo por disponível o mesmo esquema: há um estado de coisas, ‘ser prisioneiro’, resultante de um evento (o *aprisionamento*) sobre o qual se predica ‘é/deve ser assim’.

A detecção de segmentos comentativos de contorno implica ter-se trabalhado sobre uma distinção demarcativa desses segmentos relativamente às unidades discursivas emolduradas (**B13-F44**). Isso não quer dizer que estas apresentem um perfil regular – pelo contrário, dão lugar a vários momentos de heterogeneidade enunciativa e organizativa – mas que partilham dois traços fundamentais:

- são estruturas instanciadas, ou seja, os processos e objectos enunciados são determináveis ou por incluírem o momento de enunciação (estruturas **C** e **F**); ou por coincidirem estritamente com ele (estrutura

D); ou ainda porque lhe são contíguos, em anterioridade ou posterioridade, (estruturas **B14-B16** e **E**);

– à excepção de **E** (e, ainda assim, parcialmente), as demais estruturas bloqueiam a expressão de evolução temporal; que o mesmo é dizer, em nenhuma delas ocorre a mínima sucessão de acções relativizadas em função umas das outras.

Cabe perguntar qual a relação entre as estruturas de contorno e as estruturas que cabem dentro dessa circunscrição. Avanço com a hipótese de se tratar de uma relação entretecida entre *comentário* (**B7-B12**) e *explicação/demonstração*³ (**B13-F44**) das propriedades jogadas nesse comentário.

Se tentarmos reconstruir o esquema de composicionalidade textual, privando-nos de atender a uma dimensão enunciativa imediata⁴ (sem atender, portanto, a operações de instanciação/desinstanciação, relativização temporal ou ausência dela) o resultado é confluyente ao explicitado no parágrafo acima, na medida em que se verifica que as asserções contidas nas estruturas de *comentário* regem e controlam o sentido das estruturas subsequentes, mediante relações de diferente teor. De entre essas asserções destaco uma, materializada numa frase nominal: “O tempo e eu, no Caiundo, fechados numa tenda esmurrando os nervos.” (**B8**) – que lhes corresponde – positivamente (“fechados” = “tempo parado”; = “preso”) e negativamente (“fechados” ≠ “fuga”). Assim:

“O tempo e eu, no Caiundo, fechados numa tenda esmurrando os nervos.”				
Macro-elaboração:				
Mostração / descrição: C	Justificação: B14-B16	Fundamentação: E	Exemplificação (em actualidade directa/imediata): D	Exemplificação (em actualidade distendida): F

Figura 1

A confirmação da validade deste esquema depende de uma análise circunstanciada.

³ *Demonstração* no sentido de *simulação prática experimental*.

⁴ A sectorialização de estruturas (A, B, C...) teve em conta essa dimensão.

2.2.2. Na estrutura **A** assistimos à *fabricação* de um episódio para a configuração de uma anomalia na vivência do tempo pessoal (medido por emoções) e do tempo intersubjectivo (medido por eventos e da participação do indivíduo nesses eventos – dos quais a interlocução é o evento principal): trata-se da suspensão da experienciação do tempo.

A natureza episódica desta estrutura assenta numa construção agentiva que passa pela ontificação do tempo e pela sequencialização de acções de movimento no PPS em duas séries: uma em torno de um eixo de orientação autónomo e fixo; outra já em função de um eixo de orientação temporariamente móvel (T0).

O tempo enquanto conteúdo tematizado realiza-se com base na representação pré-construída do tempo físico ou cronológico, em que não existe “agora”: ele é linear (representado analogicamente como uma linha), contínuo e bidireccional (a direcção de medição de qualquer segmento não muda o resultado matemático). Mas, também, a descrição do *comportamento* do tempo em relação de dependência com o locutor (“reparou em mim e voltou atrás”) metaforiza a orientação egocêntrica de toda a referenciação linguística do tempo. Quer num quer noutro caso, a animização é directa e repetida: na predicação “é uma companhia” e na homogeneização ontológica potenciada pelo sujeito composto “o tempo e eu”. Deste modo, figurar o tempo (uma relação assimétrica, não material, nem espacial, nem geométrica) como Entidade Controladora, permitirá encetar o campo temático integrador imediato de **B7-B12** e **F45** (que no ponto anterior descrevi como tratando-se de *comentário*). Por esta via, e num grau máximo de instrução, a experiência humana do tempo será tomada como objecto de expansão temática.

Esta entidade, o tempo, realiza acções projectadas em duas séries temporais:

1.^a série (**A1-A2**):

“acompanhou-me” ← quando parei → “continuou” – “reparou em mim”
– “voltou atrás”

|
eixo de orientação autónomo/fixo

Figura 2

A identificação do eixo de orientação autónomo fica clarificada com as seguintes construções parafrásica e contrastiva:

- a) = eu parei, mas o tempo continuou, reparou em mim e voltou atrás; já antes me tinha acompanhado sempre
 b) = tem-me acompanhado sempre; agora, que parei à força continua a correr...

2.^a série (A4-A6):

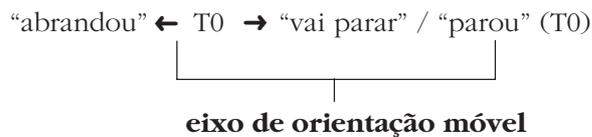


Figura 3

Em função da detecção deste segundo eixo, os eventos “abrandou”, “parou” são tomados como tendo acabado de tomar lugar instantes antes de serem ditos, ou seja, os eventos estão indexados directamente ao eixo de orientação subjectiva. Consentâneo com as ocorrências, o eixo de orientação desloca-se na linha temporal. Assim, o momento de enunciação por que se efectua a localização temporal de “abrandou” é seguido de um segundo momento de enunciação em função do qual se localiza “parou”. Cada momento da linearização discursiva é tangencial ao momento da ocorrência de cada evento denotado⁵.

O factor de atestação da transição de eixos temporais, conforme esquematização acima, assenta fundamentalmente na perífrase aspectual iminencial de presente: “vai parar”. A acção verbal “parar” é considerada antes do seu começo, o que automaticamente despende uma implicatura – a de que está vigente uma situação evidenciada pelo sujeito locutor, sendo que nela são verificáveis algumas preparações que, testemunhadas, convencem o locutor da ocorrência futura do evento. Por seu turno, este entendimento faz tomar, em leitura regressiva, a acção “abrandou” como uma fase da graduação negativa do ritmo de movimento, podendo essa acção ser interpretada como uma das evidências imediatas, conducentes à conclusão de que o evento “parar” terá lugar. Mas há outro procedimento, de ordem textual/discursiva, que talvez valha a pena considerar, em ordem a assegurar que em A4-A6 se relatam acções que acabaram de

⁵ Penso até podermos encarar o Pretérito Perfeito Simples (PPS) “parou” como tendo valor similar ao que vulgarmente se designa por “presente retardado”, passível de ser exemplificado deste modo: ‘Chamam o meu nome. Tenho de ir.’

acontecer ou que estão prestes a acontecer no momento da enunciação: o sujeito oculto. Se um elemento não surge explicitado no início do texto é porque ele está empiricamente disponível no campo mostrativo imediato que contorna locutor e alocutário: a retenção temporária da identificação do sujeito da acção, na estrutura **A**, não potencia, mas, pelo menos, é conforme à figuração das acções como ocorrendo dentro do quadro de temporalidade subordinado ao momento da enunciação.

Em face do que fica dito há a relevar que o tempo não aparece apenas materializado através da metáfora antropomórfica, mas igualmente através da sua representação como entidade evidenciável.

2.2.3. Identifiquei na sequência **B7-B12** a elaboração de um *comentário*. Insisto que aqui se versa sobre o resultado da ocorrência testemunhada pelo sujeito-locutor – a paragem do tempo –, mas fora da exposição auto-referencial da situação.

B7 tematiza e qualifica directamente a situação: “tempo parado”. **B8** e **B9** interpretam essa situação através da projecção do sujeito-locutor como paciente (“fechados”; “preso”). Essa interpretação concorre para a associação de *tempo imóvel* a *prisão* (também, ainda, no sentido mais geral de negação de acção) e deixa disponível a associação conversa: a liberdade de acção corresponde ao tempo em movimento, em progressão contínua. Subjaz-lhe a concepção de que o tempo só pode ser avaliado na sua progressão, através de eventos que perfazem a experiência humana, orientada prospectivamente; e de que o mundo, tal como o percebemos empiricamente, e tudo o que aparece no seu domínio, é organizado temporalmente, ou seja, surge à nossa mente como estando organizado mediante relações entre eventos.

Portanto, faz parte do sentido destes dois enunciados, **B8** e **B9**, a significação de tempo nulo afecto a uma situação – não de tempo eterno ou ilimitado, mas de existência pura e em si mesma de um facto. Porém os recursos activados não são os mesmos num e noutra enunciado.

O enunciado **B8** corresponde a uma frase nominal, como já fiz notar. Sendo o Particípio Passado (PARTPASS) e o Gerúndio (GER) formas sem autonomia de referenciação temporal, a sua activação exclusiva potencia a expressão gramatical da atemporalidade. Soma-se a esta, outra leitura, sobre a funcionalidade desta construção: a de que este enunciado se aproxima de um título, tema ou sumário (e portanto de uma formulação atemporal e estática, que capta a situação como um todo), pois podemos considerar que temos aí uma expressão directa da macroestrutura semântica que cobre todo o discurso do excerto. Já me referi, aliás, à centralidade da proposição deste enunciado na organização das estruturas

semânticas subseqüentes, posto que ela reúne as propriedades mais elementares da situação em representação, segundo os tópicos:

>> <u>Que circunstâncias?</u>	>> <u>Onde?</u>	>> <u>Sentindo/fazendo o quê?</u>
“fechado”	“numa tenda”	“esmurrando os nervos”

Figura 4

B9 manifesta esse estado de acronia por meios léxico-semânticos, no trabalho de configuração de um fenómeno que está nos limites do cognoscível (e do dizível): desarreigar o sujeito-locutor da sua actualidade.

Os momentos em que explicitamente a estagnação temporal é objecto de expansão temática estão presentes neste capítulo e em toda a obra, na elaboração representativa de uma realidade tão avassaladoramente destrutiva que é capaz de abolir aquilo que é dado como sendo o mais inalienável ao indivíduo: as suas coordenadas de espaço e tempo:

«Não perco tempo. Estou a perder-me dele.» (p. 52)

«Tudo se afasta: o resto da minha vida existe no tempo e eu deixei de pertencer a ele. Não é egoísmo. É uma cápsula.» (p. 53)

«Contei estrelas, perdi novamente o tempo.» (p. 149)

«— Quanto tempo tens?
— Nenhum.» (p. 405)

Retornando a **B9**: a possibilidade de acção só pode ter lugar fora do tempo (e fora do espaço). Os verbos de movimento “solto”, “desbravo”, “voo” substituem (metaforizam) verbos de acção interna ou psicológica. O PRS fixa o processo em si mesmo independentemente de qualquer radicação enunciativa do locutor. É este um contexto onde parecem ser atestáveis as determinações de Calver (1946) e Bolinger (1947)⁶ relativas ao valor de base do PRS, que será o de não comprometimento com a noção de tempo (“timeless”), exprimindo a essência da acção (um tempo não deíctico, portanto, e muito próximo do valor do Infinitivo (INF))

⁶ E depois Nef (1986), Serbat (1988) e Revaz (1998).

– sob condição de ser possível a pré-determinação de um contexto em que não haja já temporalização explícita (directa ou indirecta). De facto, o uso do PRS em **B9** parece reverter em neutralidade não só temporal, mas também aspectual: por um lado, oblitera toda a referência positiva ao tempo, no sentido em que as acções não se conectam por forma a gerarem uma cursividade, ou seja, não sequencializa as acções (“solto” não precede necessariamente “desbravo”, nem esta acção precede necessariamente “voo”); por outro, este PRS enforma acções sem estrutura interna (nenhuma está orientada internamente para qualquer princípio ou fim) e sem que se possa levar em conta a sua quantificação.

A não ser dentro desse universo de *mobilidade interior*, alheio ao tempo, o sujeito locutor estará sempre num meio que lhe é estranho: daí a imagem relativa ao meio aquático a tornar impossível a sobrevivência do indivíduo, em **B11-B12**. Mas a retoricidade desta passagem não se constrói apenas na oposição, de ordem lexical, da plenitude proporcionada pela libertação interior à angústia da imobilidade imposta do exterior – ela está igualmente na própria elaboração de um discurso de primeira pessoa não instanciado – uma – *impossibilidade* ou *inverosimilhança* enunciativa aqui plenamente aproveitada na construção da isotopia do *aprisionamento*.

2.2.4. A insustentabilidade ou imponderabilidade de um discurso na primeira pessoa não instanciado é confirmada pelo abandono (não definitivo, como veremos no final desta análise) até ao fim do capítulo, desta modalidade enunciativa *absolutamente não temporal* – e, em rigor, não emanando de uma *origo* enunciativa, ainda que em face de uma conjugação de primeira pessoa. De facto, como pode alguém representar-se a si próprio e relatar situações (presentes, passadas ou imaginadas) que o envolvem, fora de qualquer relação ou delimitação temporal? Ainda que o intervalo onde têm lugar situações homogéneas ou eventos repetidos seja maximamente extenso, em relação ao sujeito que se projecta no discurso, esses eventos irão necessariamente dispor-se numa relação de ordem interna entre uma parte que teve lugar e outra que ainda o virá a ter (visão ascendente); ou então entre uma parcela a realizar e outra parcela de realizado (visão descendente, Martin, (1983) 1992: pp. 70-72).

A partir de **B13** essas relações estão inscritas já no sentido dos enunciados, o que implica o reconhecimento de que o discurso passa a estar instanciado. O primeiro membro sequencial de **B13** («Cada deserto acontece-me sempre à vista de um rio...») apresenta um grau baixo de explicitação de instanciação; ainda assim ela é positiva, em parte por via da activação do adverbial de habitualidade “sempre”, que confere ao

evento um índice de alta frequência e – o que saliento – a consideração da sua ocorrência em intervalos adjacentes anteriores, e, presumivelmente, em intervalos adjacentes posteriores ao intervalo de referência, onde esse evento também tem lugar: ‘acontece sempre/acontecia sempre’⁷.

A activação do adverbial “sempre” opera um contraste, ainda que mínimo, do presente com o passado e o futuro – relações banidas de asserções gnómicas ou definitórias e, portanto, intemporais e não instanciadas. Quero sublinhar que por esta mesma razão seria rejeitável em **B9**, pelo menos no quadro descritivo que estou a implementar, a presença deste mesmo modificador:

‘desbravo sempre territórios...’
‘voo sempre para um espaço...’

Em face desta assunção, não parece ser muito contestável a asserção de que o PRS “acontece-me” projecta a acção numa cursividade que está orientada, que abarca e, possivelmente, que ultrapassará o momento em que se situa o sujeito-locutor. Portanto, trata-se já de um PRS instanciado, ainda que extensivo.

A instrução de elevado grau de explicitação de instanciação está na segunda oração do mesmo enunciado **B13**: “e lá está ele no seu braço”. Assumo que o PRS é aqui plenamente já um deíctico primário, a denotar a percepção imediata do sujeito locutor (PRS indicial, com função descritiva-mostrativa); os estados de coisas estão em evidência directa e são de *atestação visual* (Plungian, 2001: p. 353). Por esta perspectiva se pode tomar a progressão do primeiro para o segundo membro de **B13** como a transição de uma continuidade indistinta de eventos perceptivos para uma singularidade percepção da mesma índole, o que faz ver o nexo de exemplificação ou de demonstração a unir o segundo ao primeiro membro; ou o de circunstancialização genérica, a unir o primeiro ao segundo.

A fundamentação para encarar o PRS “está” e o adverbial “lá” como deícticos *ad oculos* (e não como recursos manipulados na expressão de atemporalidade, como em **B9**, ou na figuração de “um espaço situado fora de qualquer mapa”⁸) reúne factores de diferente ordem. Em primeiro

⁷ A presunção de ocorrência posterior do evento está vedada em ‘tinha acontecido sempre’; o intervalo interno de referência perde-se em ‘aconteceu sempre’ e o valor de habitualidade funde-se no de duratividade. Por aqui se explica a rejeição de usos como: ‘A terra gira sempre em torno do sol’; ‘Os golfinhos são sempre mamíferos’.

⁸ A existência e localização do rio (perto do Caiundo), a que novamente se alude na p. 52 («A água brava / e / O rio, / este aqui de que não sei o nome, e o Cubango, onde

lugar, há já um quadro de instanciação aberto no primeiro membro, como justifiquei acima; depois, trata-se de um verbo estativo, o que induz numa leitura de constatividade (o que não acontece, com o mesmo automatismo, pelo menos, com os verbos de acção); ainda, na indução da constatividade, há a aduzir a sintaxe exclamativa da oração.

O grau máximo de indexicalidade patenteado no segundo membro de **B13** opera uma transição definitiva de procedimentos enunciativos e por isso atribuo-lhe uma função de demarcador textual e operador de retoma da instanciação, suspensa desde **A6**. A explicação/interpretação para a situação “preso” desempenhada pela sequência **B14-B16** não dispensa a projecção ordenada de acções no curso temporal, orientada subjectivamente:

2.2.5. A sequência descritiva, na estrutura **C**, retoma, em expansão figurada metaforicamente, a informação espacial introduzida no enunciado-título **B8**: “numa tenda”. Não há nada no contexto que invalide a interpretação de que o locutor não é contemporâneo da situação que



Figura 5

apresenta, inclusivamente, esta estrutura está localizada entre duas estruturas de instanciação directa. Porém, devido à significação lexical dos verbos aí presentes – “viver” e “haver” – a referenciar situações durativas não progressivas (homogéneas) e não dinâmicas, a situação apresenta-se como não evolutiva. Nada que não esteja de acordo com a execução de uma sequência puramente descritiva – construção onde no mesmo instante em que os seres do mundo são nomeados, localizados e

o Sem Nome vai desaguar, 17 quilómetros a sul...»), é confirmada pela consulta do mapa de Angola. Não é este facto que estou a considerar, pois não esqueço que as referências externas ao texto deixam de ser verdadeiramente externas quando introduzidas no universo de ficcionalização. Estou, portanto, a dar como ponto assente que no *quadro interno de referência do discurso* esses deícticos funcionam como deícticos *ad oculos* ou deícticos primários; quer dizer, no universo do discurso ficcional, o locutor está a ver e a testemunhar o espaço envolvente e a dizê-lo em simultâneo.

qualificados automaticamente se fixam e validam para todo o sempre (Charaudeau, 1992: p. 664). Portanto, apesar de instanciados, os estados de coisas não estão limitados no tempo – sendo possível detectar, justamente porque há instanciação, um potencial de referenciação positiva do tempo, que decorre do presente inalienável do locutor, o instante do qual ele não pode sair e que se sucede sempre igual (distintamente do que mostrei estar em causa em **B**: a expressão da atemporalidade).

Os estados de coisas referenciados consubstanciam-se na disposição de objectos atinentes ao espaço imediato e circundante do locutor. A limitação ou determinação que o espaço recebe não é superior à do tempo – o que parece estar patente nas recorrentes determinações indefinidas: “um planeta”, “um universo”, “uma barraca”, “um satélite”, “uma cadeira”. Se, por um lado, o determinante indefinido serve para assinalar um elemento novo no domínio do discurso, marcando que o objecto é algo que o alocutário não conhece previamente, então o seu uso compatibiliza-se plenamente com o processo puramente enumerativo (e de desdobramento lexical) de toda a descrição⁹. Mas há a ter em conta também a conformação face à formulação metafórica aí construída, em que o indefinido determina uma categoria ou classe a que pertence o termo metaforizante: ‘a minha tenda é um universo quadrado e plano’¹⁰. Por último, se atendermos ao universo representacional da metáfora, é plausível fazer corresponder a activação recorrente do determinante indefinido à expressão da não concretude ou não plausibilidade / anulação do espaço (já iniciada em **B13** com a selecção do lexema “deserto”); quer do espaço intersubjectivo, pela associação ao espaço intergaláctico, onde não há pontos de referência humanos, mas apenas satélites “sem vida inteligente”; quer até de um espaço objectivo, pois o espaço em representação é identificado com um mundo que apenas existe nos estudos cosmogónicos da antiguidade.

Percebe-se, pois, que esta auto-representação do sujeito, *desorbitado* do tempo e do espaço, convoque o semantismo relativo a *morte*, inscrito na selecção do verbo “exumar” em **C17**.

⁹ Em paralelo com uma ocorrência do género: ‘Moro *num* apartamento com *uma* sala enorme onde tenho *uma* televisão com ecrã gigante...’.

¹⁰ A realidade metaforizada aparece incorporada no termo ou grupo metaforizante: ‘Vivo num universo... com a abóbada triste de uma barraca sem estrelas’; ver também: ‘Eles fizeram viaturas assim colossais: uma quilha... para cortar as areias revoltas, a correnteza das chanas, os rios sem ponte do Cuando Cubando.’ (p. 22).

2.2.6. Em **D** consideremos **D20-D25**, de um lado, e **D26**, do outro. Em **D20-D25** é recuperado o grau máximo de instanciação enunciativa, com instrução plena de que a acção está a acontecer não apenas no tempo, mas também no espaço em que é dita. Estou, portanto, a afirmar peremptoriamente que o PRS, na totalidade da sequência **D20-D25**, representa acções que acontecem no momento da enunciação, sendo irrelevante se se iniciaram antes do preciso instante da enunciação ou se acabaram de ter lugar, posto que, em contextos aproximáveis, as acções tendem a ser percebidas sempre como simultâneas (Williams, 2002: p. 1239). **D20-D25** constitui então um exemplo pleno de activação do PRS deíctico ou da acção simultânea, a instaurar um regime mostrativo indiscernível da criação de referência e instauração de uma realidade. Plenamente, o locutor não *diz* ou *nomeia*, mas *indígita, mostra, ostenta* um curso de acções, que segue a par o curso da enunciação, e investe-se dentro dessa mostração como *actante e comentador*.

Fundamento o que afirmo.

(i) Sabemos que o PRS não é a forma mais usual de referenciação de acções de ocorrência simultânea ao momento da enunciação (Oliveira e Lopes, 1995: pp. 105-6). Mas reconhecemos também que, na ausência de adverbiais de frequência, o PRS não indisponibiliza essa leitura (Williams, 2002: p. 1235). Se atentarmos na tipologia aspectual das situações representadas – “sentar”; “ler *Atlas/o Portable*” – alguma precisão conclusiva pode ser atingida.

O verbo de acção “sentar” é pontual e acarreta uma mudança de estado relativamente a “estar de pé” (trata-se de uma culminação/*achievement*). A coincidência do intervalo temporal (It) preenchido por uma acção pontual com o It em que toma lugar o acto de a enunciar é aceitável, ou pelo menos mais verosímil, num verbo de acção pontual do que num verbo de acção durativa – afinal é com aquele tipo de acções que se elabora o relato directo (desportivo, cerimonial, de receituário demonstrativo, de espionagem, etc.).

Mais dificuldade oferece a situação durativa (processo culminado) “ler *Atlas/o Portable*”: a totalidade do It desta situação não pode estar confinada aos limites do It, breve, de enunciar “leio *Atlas*”; “leio *o Portable*”; defendendo que há, porém uma parcela do processo que lhe está confinada, e é essa a parcela que é focalizada, em si mesma e por si mesma. A razoabilidade desta assunção apoia-se na verificação obtida por exclusão de partes.

1. Se “leio X” cobrir um It longo, é típica a presença de um advérbio temporal (frequencial ou não), disponibilizando uma leitura de habitualidade e, no momento da enunciação, a ação não está em decurso:

‘Leio o *Portable* à noite.’

‘Leio o *Portable* todos os dias.’

Mas note-se que, em ocorrências deste tipo, a culminação perde-se, ou seja, o processo não é tomado como conduzindo a uma resultado e não há bloqueio interno para a sua continuação indefinida, tal como explicita o exemplo:

‘Leio a Bíblia à noite e faço as minhas orações.’

O valor de duratividade sem perda do sentido de culminação está na ocorrência – mais natural – com a perífrase comitativa:

‘Ando a ler o *Portable*.’

que apela em subjacência ao início do processo/inceptivo (‘comecei a ler’) e ao seu fim culminativo/conclusivo (‘acabarei de ler’).

2. Se “leio X” cobre um It limitado estritamente pelas fronteiras do momento da enunciação, então a ocorrência esperada seria com o PR Progressivo:

‘Estou a ler o *Portable*.’

sendo que também aqui se verifica a perda do valor de culminação, apresentando uma significação próxima da ocorrência com a perífrase:

‘Ponho-me a ler o *Portable*.’

que tem como correlativa conclusiva:

‘Parei de ler.’

(e já não ‘acabei de ler’ (Vet, 2000: p. 152)).

Há uma interpretação viável: quer “sento-me”, quer “leio *Atlas/o Portable*” são acções configuradas como integrais; especificamente, em “leio *Atlas/o Portable*” há uma parcela do processo que é vista como uma unidade. Só assim podem apresentar-se como sequenciais ou sucessivas – o que é completamente vedado pelo PR Progressivo que dá a acção como durativa, incompleta, não sequencial (Cowper, 1998: p. 9; Williams, 2002: p. 1238):

‘Sento-me e (agora/no instante já a seguir) leio *Atlas*.’

Tratando-se de acções sucessivas e no PRS, subsiste a leitura de que as acções são simultâneas ao dizer (leitura que podia ser negada, mas que, neste contexto, não o é; como mostrarei já a seguir) – apoiada no princípio de que a ordem do discurso segue a ordem das ocorrências.

(ii) Aduzo a esta razão, de ordem basicamente aspectual, uma outra de ordem textual, que se prende com a ordenação e conexão entre microseqüências. **D20** e **D21**, seqüências repetitivas, sintáctica e semanticamente, intercalam com uma citação – **D21**: “Le livre que j’écris est plus la chair de ma chair que ma chair elle-même.” – que facilmente se apura, por implicitação, tratar-se de uma citação de um livro; mais: resulta implicitado que o livro que é a fonte citacional é *Atlas* e não *Portable*. Isto porque no nexos que liga **D20** a **D21**, é possível ver que a primeira microestrutura identifica ou denomina a acção de ler e a segunda **exibe** essa acção a ser desempenhada numa parcela da sua execução, que corresponde ao fragmento citado. Neste caso, **D21**, a elocução não só coincide com a acção, como a própria elocução **é** a acção de ler. Aquilo que desde Bühler (1934 (1985)) é tomado por uma analogia funcional – a associação do tempo e do espaço situacional ao tempo e ao espaço do discurso, que faz com que parcelas do discurso possam ser designadas como “há pouco”/ “atrás” / “acima” ou “já a seguir”/ “abaixo”, e em que cada ponto da linha discursiva pode ser visto como o ‘momento presente’ (Fillmore, 1981: p. 146)¹¹ – é *materializado* ou *tornado realidade*, dentro do quadro de referência autónoma e interna à globalidade do discurso do excerto.

¹¹ Ou em que a acção é isócrona em relação ao eixo de produção discursiva (Revaz, 1998: p. 58). Ver também Kerbrat-Orecchioni, 1980; Jaubert, 1993 e outros.

(iii) A interpretação de que as acções estão a decorrer no momento da fala apoia-se também na constatação de que os actos elocucionais repetem-se para representar a repetição das acções (D20, D22, D25); ou seja, se se repete a acção é preciso repetir a enunciação designativa (mostrativa) dessa acção; ou ainda, um conjunto de ocorrências plurais (acções voluntárias) é expresso pelo mesmo número de emissões enunciativas – um fenómeno oposto àquele que Genette tentou captar através da noção de “*récit iteratif*”: contar de uma só vez aquilo que se passou *n* vezes. O registo sumariado, que o locutor está constrangido a seleccionar, entre outros factores, em respeito da máxima griceana de modo¹², numa construção de PRS, conformável com ‘sento-me, leio um fragmento do *Atlas* ou do *Portable* e volto-me a levantar uma porção de vezes’, é rejeitado (Cohn, (1999) 2001: p. 160) – e isto, argumento, porque o **discurso indexaliza a acção**.

Se assim é, o comentário valorativo em D23 é apresentado como tendo sido emitido imediatamente após (re)experienciação de leitura e (re)constatação da qualidade excepcional das obras e não como uma reflexão estética feita *a posteriori*, feita a partir de uma leitura (já integral) que se dê por pressuposta. Se aceitarmos esta interpretação, então impõe-se considerar igualmente que em D24 a decisão de abandono da leitura é tomada e executada no momento em que é dita – daí o paralelo com situações performativas.

Perspectivando agora, num ângulo mais distanciado, as relações funcionais entre a estrutura intermédia em foco e a estrutura geral do discurso do excerto, parece sustentável defender que em D20-D25 encontramos uma *demonstração*¹³, sob a forma de descrição directa de acções, da acção integral, apenas *guionizada*¹⁴ em B8 – “esmurando os nervos”. Desprende-se deste eixo organizacional a representação, estruturalmente mais ampla e matizada (por negação, por exemplo, em B11 e B12), da impaciência e inquietação provocada pela reclusão, cujo termo não está à vista.

Dividi esta estrutura em duas componentes estruturais intermédias. Debrucei-me sobre a primeira (D20-D25), que reconheci como um momento inequívoco de verbalização directa da acção. Destaco a seguir a microestrutura D26 que dou como segunda componente.

¹² «Seja breve (evite toda a prolixidade inútil)».

¹³ Ver nota 3.

¹⁴ Um guião constitui-se de uma seriação não temporalizada de acções a serem realizadas numa particular circunstância.

Contrariamente ao potenciado pelo perfil aspectual das microestruturas anteriores constitutivas da estruturas **D**, cuja duração é dada como circunscrita ou imediatamente contígua ao It do acto enunciativo, a microestrutura **D26**, apesar de relativizar a situação representada em relação ao momento de enunciação, perspectiva essa situação como tendo vindo a acontecer interruptamente e como presumível acontecimento futuro, mas que não está a acontecer no exacto momento em que a acção é descrita. O valor de habitualidade, aqui vigente, não estabelece com o valor de cursividade ou progressividade nenhuma relação necessária de tipo inclusivo.

Devo clarificar a vigência do valor de habitualidade, porque ele não está explicitado por adverbiais frequenciais nem por construções como ‘ser costume/habitual p’ e o PRS é activado continuamente na totalidade da estrutura. O verbo “suceder”, a par de “acontecer”, é uma pró-forma de verbos eventivos. “Sucede” forma núcleo exclusivo da subordinante que, na totalidade da construção frásica, predica sobre o conteúdo da subordinada (infinitiva): “virem ter comigo”. Nesta oração, o INF flexionado com sujeito não expresso, disponibiliza duas leituras equivalentes, do ponto de vista do que quero demonstrar, ressalvando que estão sempre em causa ocorrências plurais:

A: ‘Cada vinda é feita por uma única pessoa e a pessoa que vem não é a mesma de umas visitas para as outras.’

B: ‘Cada vinda é feita por um grupo de pessoas.’

Estas interpretações são possíveis porque o verbo da subordinante está no PRS:



Figura 6

Assim, aquilo “que sucede” é plural e repetido, há vários sucessos, o que pode ser expresso igualmente por uma construção com recurso à nominalização pluralizada da acção:

‘sucodem várias visitas’

Se o verbo da subordinante se encontrar no PPS, a acção é interpretada como singular:

‘sucedeu virem ter comigo’

(a não ser por modificação de complemento adverbial:

‘sucedeu durante os primeiros dias [= era habitual/costume] virem ter comigo’).

Mas o PRS da subordinante, por si só, orienta nessa leitura de acção repetida, sendo que a presença de um adverbial frequencial tão só cumprirá a função acessória de especificação quantificacional dentro de uma escala relativa (‘sucede muitas/algumas (por)/poucas vezes’).

Consideremos ainda parcialmente a leitura *B* – ‘vinda feita por um grupo de pessoas’ – e questionemos o que inviabiliza que se tome a acção como singular – pois que se ela for considerada como singular, teremos de acordar sobre uma interpretação de relato simultâneo. Por outras palavras: estou a inquirir porque é que, apesar de admitirmos a leitura *B*, não aceitamos que se trate de uma ocorrência singular, como seria explicitado com recurso a um circunstancial deítico ou a um PR Progressivo:

‘sucede neste instante/está a acontecer virem ter comigo’

ao que respondo que esse constrangimento está a ser exercido pelo INF, que toma apenas a acção em potência. Isso torna-se mais claro se fizermos a confrontação com uma construção com verbo conjugado:

‘sucede (que): vêm ter comigo (= estão a vir ter comigo)’¹⁵

Mas há outra resposta, de ordem discursiva, que consiste no facto de, encarando toda a microestrutura **D26** de que apenas, até aqui, tomei uma parte, estarmos perante uma sequência de acções, com um início e um fim, o que faz com que se perceba que a totalidade dos acontecimentos já são conhecidos do locutor. A verbalização/textualização comprime a extensão temporal da situação e sumariza as suas etapas de concretização e isso é incompatível com a sincronização *enunciação-acção*.

Se damos como certa a vigência da acção repetida em Its anteriores e posteriores a T0 no segmento “sucede virem ter comigo”, não é difícil

¹⁵ Reconheço que esta leitura não é a mais natural, mas noto que ela não está indisponível.

perceber que o mesmo valor de habitualidade é absorvido pelos segmentos, em ligação assindética com aquele – “falam, pedem desculpa” – posto que temos uma relação de inclusão temporal relativamente a uma fase elidida da situação, mas facilmente recuperável, assim:

‘vir – (ficar/permanecer por um dado período) – falar – pedir desculpa’

‘sucede virem ter comigo e enquanto aqui estão falam, pedem desculpa’

256

“falar” e “pedir desculpa” têm lugar em subintervalos que preenchem o It ocupado por “ficar/permanecer aqui”.

Não é só esta relação de inclusão temporal que faz tomar cada acção subsequente a “vir” como tendo vindo a ocorrer repetidamente. “Ir embora” é acção habitual que pertence à cadeia de acções mas que está fora desse nexos inclusivo (activo, no entanto, entre “ir embora” e “apresentar vénias”, mas explicitado aqui por acção do GER). O entendimento de “ir embora” como acção plural concerne já ao recurso ao *script* de *visita*, fazendo com que esta acção pertença ao núcleo eventivo hiperonimizado em “suceder”.

Em face deste traçado temporal-aspectual da totalidade da micro-estrutura **D26**, importa reconhecer que função compositiva ela exerce dentro do dinamismo de consolidação e progressão semântica e configuracional do discurso.

Em primeiro lugar direi que o quadro representacional de vivência em directo desenhado em **D20-D25**, composto por acções experienciais “sentar”, “ler”, “levantar” alberga a acção cognitiva *em demonstração* em **D26**, assim:

‘noto/reconheço/tomo consciência agora/neste preciso instante (de) que sucede virem ter comigo...’

como aliás tinha já verificado em **D23-D24**:

‘avalio neste instante que o primeiro é excelente, o segundo é um tesouro’

‘reconheço/sinto neste momento que não aguento nenhum deles’

Já relativamente à preparação da estrutura subsequente, cabe assinalar o seguinte: “falam” e “pedem desculpa” são verbos de acção elocutiva. A

estrutura **E** respeita a um facto acontecido numa zona vedada ao locutor, donde a possibilidade de inferir que a fonte de informação é reportada, ou seja, que o locutor tomou conhecimento do facto porque os visitantes lho contaram; esta inferência é reforçada pela relação de ordem aspectual entre **D26** e **E**, a saber, entre habitualidade e semelfactividade, que corresponde discursivamente à relação condensação – exemplificação. Recorro novamente a construções inventadas, com a função de glosa, para mais claramente dar conta dos nexos em causa:

D26: “sucede virem ter comigo...”

‘de uma dessas vezes que vieram contaram-me que...’

‘ontem, numa dessas visitas, disseram-me que...’

E: “Encontraram dois corpos...”

De modo que parece lícito estimar que **D26** desempenha a função de contextualização e enquadramento da forma como foi apurada a informação, ao mesmo tempo que faz com que o dito na estrutura **E** assumo o cariz de discurso reportado.

2.2.7. O ponto de partida desta fase da exposição está em considerar que a unidade discursiva, na qual está delimitada a estrutura **E**, corresponde global, mas não plenamente, a uma fala do locutor viajante (L) sobre a fala de outros (um locutor plural que cifro com *Ls1*). De acordo com esta perspectiva, estão em reportagem duas unidades conversacionais: uma primeira composta por actos de delocução (notícia do aparecimento dos corpos; anúncio de investigação) e de ilocução (proibição de dizer “foi crime”; proibição de sair); e uma segunda unidade composta pelo acto declarativo: “são (...) cabras”.

Mas vale a pena mostrar porque é que esta é a via mais segura de análise, admitindo outra variante interpretativa.

Essa outra variante interpretativa passa por afastar temporariamente a hipótese de o discurso de L remeter centralmente para a ocorrência de uma situação conversacional anterior a T0 e assumir simplesmente que ele se reporta directamente a factos cronologicamente ordenados: descoberta de corpos – investigação – resultado da investigação. De facto, não há marcas sintácticas nem lexicais de introdução de discurso reportado e apenas dois enunciados, **E31** (“Eu não fui autorizado a ir...”) e **E34** (“Voltaram com uma resposta classificada”), *assertam* directamente a existência de outro acto de enunciação sob a forma de tradução,

interpretação ou análise de conteúdo das palavras de outro. Assim sendo, esta abordagem conduz à consideração de uma *entidade elocucional abstracta*, omnisciente e demiúrgica, alheia a condicionalismos relativos a uma justificação de acesso verosímil a dados informativos. Esta entidade seria capaz de projectar no discurso um enunciador (E), identificável com a voz emanada de uma autoridade (a UNITA), de cujo ponto de vista se afasta, quer pela ironia, presente no par conclusivo simples, apresentado como absurdo (“Nas áreas da UNITA não há crime... O caso merece, portanto, investigação.”); quer pela conclusão disponibilizada quanto à esterilidade de uma operação de dedução de princípio (“eram, visto isso, cabras”), mecanismos mais imediatamente denunciadas pelos conectores.

Rejeito esta via de análise por várias razões. Ao nível desta estrutura semântica **E**, a presença constante da primeira pessoa e, de um modo geral, a referência subjectiva (“...a três quilómetros a montante daqui.”; “Eu não fui autorizado a ir ... percebo que me apetecia...”; “...passam diariamente entre mim e o Sol.”) insere os factos no campo vivencial imediato à situação que se mostra estar em vigência, o que torna forçada a consideração de uma entidade demiúrgica consubstanciada numa mera função discursiva/relatora. O mesmo se aplica se redimensionarmos a estrutura **E** no discurso do excerto em análise de todo o capítulo, pois que o sentido de imediatismo subjectivo percorre-o em forma e em conteúdo. Num nível superior de razões, que penso dever ser chamado aqui, há ainda a constatar que ao longo de todos os capítulos da obra em que a 1.^a pessoa referencia a pessoa do sujeito viajante, o acesso aos factos relatados ou se faz pela experiência directa do sujeito locutor ou, mesmo no que toca a factos históricos (ainda que não seja necessariamente essa a única via), passa pela recolha das palavras dos indivíduos que com ele se cruzam.

Em todo o caso, quer numa quer noutra abordagem, a heterogeneidade enunciativa revela-se marcante.

Retomo o ponto de partida: estamos em face de um discurso reportado não marcado, de que, em rigor, se excluem **E32**, comentativo, **E33** e **E34**, com função didascálica, e **E36-E38** que, a fechar a estrutura, se constitui já claramente como uma rejeição, a cargo de L, da ilocução reportada. Identificar aqui um exercício de discurso indirecto livre (DIL) só com a salvaguarda de não procurarmos nele uma forma gramatical específica (Authier-Revuz, 1978: p. 80) mas antes uma forma discursiva mais ou menos *plástica*, que não vive fora das relações intratextuais (que ela cria e por que se vê criada), que ora se aproxima da forma do

discurso indirecto, ora da do discurso directo, ora ainda envereda por uma modalidade intermédia ou equilibrada entras aquelas duas formas (Combettes,1990: p. 104).

Apoiada nesta salvaguarda, proponho-me realizar uma experiência de controlo da interpretação, destinada não só a detectar os limites da sua validade, mas sobretudo a precisar a significação do PRS e do IMP neste contexto, bem como a aclarar as articulações entre microestruturas aí actantes. Essa experiência reside em parafrasear em discurso directo (DI) o segmento agora em análise, com invenção livre sobre as partes relativas às falas de L na conversação em reportagem, ou seja, em que L aparece locutor relatado¹⁶. Os sublinhados indicam os fragmentos de discurso original e os parêntesis assinalam os elementos que têm de ser suprimidos em DI.

‘Ontem de manhã vieram cá e disseram-me que encontraram dois corpos estampados contra as pedras dos rápidos, três quilómetros a montante daqui e que já estão azuis de podre. Perguntei quem poderia ter cometido o crime ao que me responderam que nas áreas da UNITA não há crime (há rápidos), concluindo que o caso (merece portanto) merecia investigação. Mostrei interesse em ir (ao crime ou aos rápidos), mas não fui autorizado (percebo que me apetecia). Disseram-me que só eles é que (foram) iam ver se era gente ou animais.

À tarde, voltaram e disseram que eram (visto isso) cabras, ao que eu contrapus, dizendo que não podia ser. Sem sucesso, porém, pois eles não se demoveram e reiteraram que eram cabras azuis.’

Antes de me deter na decomposição de alguns momentos fundamentais de hibridismo enunciativo consubstanciado neste exercício de DIL – donde relevarei o desenho de um eixo semântico-ilocutório central – quero tomar um breve espaço para detectar as relações temporais entretecidas intra e inter-estruturalmente no que toca à configuração da acção.

Assim, o *frame* temporal do episódio noticiado está em ligação directa com T0. O adverbial “já” combinado com o PRS, em E28, designa um It

¹⁶ Implemento apenas um mecanismo de análise com vista à consecução dos objectivos propostos. Não se trata, nem por sugestão remota, de deixar entender ser viável considerar que esta é uma forma, alternativa à original, de representar a situação. Em todos os planos de análise de *Baía dos Tigres* a pesquisa vai, obviamente, no sentido contrário: a de saber como foram colocados em acção meios linguísticos que se moldam entre si numa comunicação estética e eficazmente única.

aberto com vigência no momento da enunciação, o que acomoda uma leitura igualmente *de presente* para o PPS “encontraram” (E27). Penso não ser alheia à detecção de uma “*diegetização* ligada” (Adam, Lugrin e Revaz, 1998: p. 85) a orientação subjectiva da coordenada espacial em “três quilómetros a montante daqui”.

Não são apenas as acções que são projectadas num curso de temporalidade adjacente a T0, mas também, implicadamente, os actos elocucionais que as manifestaram – e este facto é mais saliente do que a projecção das próprias acções. Faço notar que, em rigor (ou seja, quando não temos registos ambíguos em que os planos de temporalidade se sobrepõem), o DI radica as acções em torno de um eixo temporal que se impõe como, pelo menos temporariamente, autónomo relativamente a uma ancoragem enunciativa primeira. Isso mesmo fica patenteado na substituição experimental do IMP, no DI – ‘o caso *merecia* investigação’ – pelo PRS do DIL – “o caso merece, portanto, investigação” (E30). Porém esta ocorrência não é justificativa da atestação de uma ligação temporal imediata entre o *frame* temporal dos actos elocucionais reportados (como de imediato esclarecerei). É-o, porém a sequência E31-E32: “Eu não fui autorizado a ir... Mas percebo que me apetecia”. Está aqui plenamente disponível uma leitura modal do IMP, se atendermos à expressão do desespero e impaciência do sujeito-locutor, que já descrevi, de acordo com a qual um estado psicológico-emocional está a fazer-se sentir no momento presente. Para que “merece” denotasse uma ligação directa a T0, o episódio teria de se sustentar aí, e o seu desfecho apenas seria retomado mais adiante. Tal não se verifica e este PRS afigura-se genuinamente como a preservação pontual do sistema de coordenadas de *Ls1* própria do DIL. De facto, o relato do episódio não se suspende, ele avança temporalmente em registo resumido pelas etapas de culminação e desenlace – donde a breve cadeia de PPS em E33-E34: “Foram ver se era gente ou animais. Voltaram...”. Neste passo o locutor não é um relator, mas um *narrador* que dá as informações que circunstanciam as falas.

O mais importante a ressaltar daqui é o facto de a expressão pura da atemporalidade não poder manter-se durante uma grande extensão discursiva: a descrição da situação imediata depende inevitavelmente de remissões para lapsos temporais de anterioridade ou de posterioridade, ainda que breves ou contingentes, relativamente ao instante presente – e com isso, não só *dizer*, mas *criar* tempo.

Disse acima que as acções (descoberta dos corpos – (pseudo)investigação – chegada a um resultado) radicam no mesmo *frame* temporal das elocuições que as veiculam e as *performatizam*. Assente na distinção entre acontecimentos e acções verbais, cabe apontar que são estas o

objecto de representação, num quadro discursivo que emparceira relato univocal de L com palavras de *Ls1* que o DIL é capaz de *encenar*. São as acções verbais que têm consequências activas no estado vivencial do sujeito locutor.

Vejamos então mais de perto como essas acções estão representadas. Detenho-me no papel dos conectores “portanto” e “visto isso”. Proponho que sigamos a ordem linear de leitura, considerando apenas, para já, a primeira unidade conversacional, **E29-E30**. “Portanto” liga dois membros de uma relação conclusiva, de que se elide um segmento intermédio, assim:

- (1) ‘na área da UNITA não há/tem havido crimes’
- (1’) ‘admitimos que tal possa ter acontecido’
- (2) ‘*portanto*, deve haver investigação’

Topos: ‘em caso de qualquer dúvida deve proceder-se a uma investigação’

Faço notar que se suspendermos a nossa leitura no fim da primeira unidade conversacional, como propus, o nexos entre os dois enunciados que a constituem não é ilógico, e por conseguinte seria atribuível, ainda que de modo suspeitável, a L, sem interferência das matizações enunciativas do DIL.

Porém, quando passamos à segunda unidade conversacional, **E33-E35**, detectamos que **E35** opera uma ilação conclusiva sem sustentação de um primeiro membro, posto que não temos nenhuma descrição dos objectos investigados (inferimos que L não a dá porque *Ls1* não lha fornecem); donde a única possibilidade, em salvaguarda das regras mínimas de textualidade, será tomar (1) ‘na área da UNITA não há/tem havido crimes’ como primeiro membro de um elo conclusivo, o que redundaria no absurdo:

Na primeira unidade conversacional, o PRS em “Na área da UNITA não há crime” assume uma interpretação de habitualidade, para podermos colmatar a contradição superficial entre **E29** e **E30**. Esta interpretação em função da qual se depreende uma questão ou dúvida a esclarecer apoia-se na categorização que L faz da elocução de *Ls1*, em **E34**: aquilo que irão dizer é uma “resposta”, não no seio de uma interlocução estrita, mas no contexto de uma inquirição que visará apurar a verdade. Mas quando passamos à segunda unidade conversacional, o PRS em **E29** tem de ser encarado no seu carácter definicional, de longa amplitude temporal, próprio da assunção geral, abrangente, peremptória, impositiva.

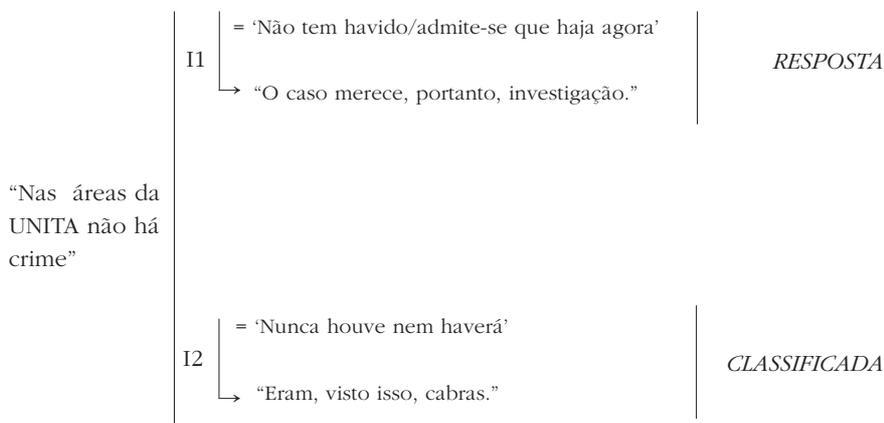


Figura 7

A enunciação de “Nas áreas da UNITA não há crime. Há rápidos” é instauração de uma lei. É este princípio inquestionável que dita a classificação cega de um evento: “resposta classificada”.

Os lugares de distanciamento ilocucional de L face a *Ls1* são contínuos: na indução directa de que se deu um crime, na delação do estado de decomposição dos corpos (E28), na re-assunção acintosa de que ocorreu um crime, em E31 (“...nem ao crime, nem aos rápidos.”), na simulação de uma concessão marcada na modalidade epistémica, em E38 (“será do contraluz.”). Porém, se seguirmos no encaço das operações potenciadas pelos conectores, encontramos o cerne da figuração paródica de um discurso oficial falacioso e maníaco, que rejeita insustentavelmente as evidências e que ao mesmo tempo finge sofrivelmente procurá-las.

Daqui parte uma expansão isotópica relativa ao *aprisionamento*: não é só o indivíduo que está preso no seu instante e no seu espaço, e que portanto está impedido de aceder à fonte evidencial de informação, mas é também a realidade circundante que está cativa de teses puramente incontrovertidas, pois que não precisam de razões para se impor – afinal, a informação também não corre livremente. Esta expansão não cabe neste excerto, nem neste capítulo, mas dispersa-se por toda a obra e, em diferentes contextos, cumpre diferentes funções semântico-ilocucionais:

«Mentir é sobreviver. Os civis por defesa. Os militares por tática. Os políticos por má-fé. Todos por método, numa esquizofrenia colectiva.»
(p. 107)

«... é proibido tudo aquilo que não está permitido (além do resto). É isso a inversão do Estado de Direito, um ponto em que MPLA e UNITA sempre estiveram de acordo.» (p. 108)

É possível agora apurar com mais clareza a função da estrutura **E** no âmbito da representação expressiva do estado de desespero e impaciência, condensado na expressão metafórica “esmurrando os nervos” (**B8**): contribuir com uma fundamentação de ordem objectiva e extrínseca, para além de explicar um comportamento psicológico natural de alguém que está fechado sem ter nada que fazer. Essa fundamentação parte da ponderação, assim tornada aceitável, do risco, exemplificado mediante este comportamento elocucional de *Ls1*, de o locutor viajante ser assassinado. Esse risco é tanto mais forte quanto mais fácil é negar o crime.

2.2.8. As últimas microestruturas, **E36-E38**, relocalizam a situação denotada no quadro de temporalidade que inclui T0, no cumprimento da atestação com base no testemunho recorrente, que simula a necessidade de uma confirmação daquilo que é do senso comum: que não há cabras azuis.

A estrutura **F** mantém esse quadro de temporalidade. Os estados de coisas denotados tiveram lugar durante um período de tempo indefinido, antecedente a T0 e a sua ocorrência plural é dada como provável em *Its* posteriores. O PRS e os circunstanciais exprimem este alongamento de ocorrências cíclicas: a determinação temporal de cobre a situação em **F40** parte regressivamente de **F41**, posto que a acção, fixada numa visão ilusória (“Executam levitações contra a silhueta do arame farpado...”), expressa nesta microestrutura, é cumulativa à daquela. O mesmo princípio de afectação de determinação temporal ocorre na relação entre **F43** e **F42**. Porém, em **F43** as formas de PRS, ou melhor, as formas verbais conjugadas estão suspensas. Interessa destacar a simbiose de valores que aqui estão em jogo.

Em **F39** temos a referenciação de acções por nominalização (todos os nomes são deverbais, à excepção de “música”, cuja acção correspondente se apura por implicatura “ouvir”). Essas acções são dadas em potência, são acções não temporalizadas sobre as quais se faz uma predicação: a não realização futura dessas acções – na continuidade da expressão da irritação e impaciência do sujeito viajante. O recurso a uma construção com INF testa a validade desta assunção:

‘Não me apetece ler, descansar, reflectir, exercitar-me ou ouvir música.’

Vejamus a hierarquia que se estabelece em **F42-F43**. A situação durativa e englobante – “sobrevivo” – é acompanhada de indicação do modo como ela se realiza, presente, num primeiro patamar de especificação, no plural “gestos” – nominal que configura as acções enumeradas como acções protagonizadas pelo sujeito-locutor. Num segundo nível de especificação (especificação máxima) toma assento a discriminação dessas acções. Estas acções são repetidas – sabemos-lo pela condensação/generalização através do plural em “gestos”, mas também pelos circunstanciais “ao fim da tarde”, “antes de comer”, “antes de deitar”, “antes de calçar”. Os circunstanciais não têm valor intrínseco de repetição, apenas o induzem em face daquela configuração plural das acções, assumindo a significação frequentativa explicitável por ‘todos os dias/todas as vezes.’ O facto de o primeiro segmento da enumeração “o arco metálico de água ...” não apresentar qualquer forma verbal e de nos restantes três segmentos figurar o PARTPASS em autonomia é revelador de que a sequência enumerativa exprime acções tomadas nocionalmente. Mais uma vez podemos recorrer ao INF, no fabrico de uma construção, neste ponto, equivalente:

‘tomar banho ao fim da tarde, lavar as mãos antes de comer, lavar os dentes antes de deitar, sacudir as botas antes de calçar’.

Ou seja, as acções não temporais em **F43** são introduzidas pelo PRS “sobrevivo”, sendo que o seu valor habitual é acolhido na expressão de uma situação alheia à noção de relativização temporal – e mais do que isso, participa em e potencia a configuração de um estado atemporal.

Finalmente, podemos neste passo verificar que a vinculação da experiência em curso a um estado iminencial de morte percorre vários estratos de expressão. A supressão da relativização temporal e a absolutização do instante *do qual não se pode sair* conduz à anulação do indivíduo enquanto sujeito elocucional e enquanto sujeito existencial. A estagnação do tempo e a *irrealidade* do espaço decorrem da inacção forçada, donde se destaca a inacção interlocutiva (“sem me falar”), sendo que o sujeito locutor antes de deixar de poder definir-se em relação ao tempo e ao espaço, está impossibilitado de se definir em relação ao outro, por ausência de empreendimento de acção intersubjectiva. Paralelamente, as expressões “exumando”, “sobrevivo”, “esforço de apego à vida”, “certifico-me do corpo” firmam em superfície esta orientação semântica de limiar existencial. Por sua vez, a unidade diegética construída na estrutura **E** concretiza, pela projecção de condicionantes objectivas, esse estado iminencial de anulação física do sujeito.

De modo que parece lícito concluir que a última microestrutura do excerto, F45, fazendo apelo a construções pré-definidas sobre a mundividência de um recluso, reenvia não apenas para a estrutura imediatamente anterior, assumindo o sentido de *um prisioneiro deve agir/comportar-se assim*, mas redime qualitativamente todas as componentes semânticas de todas as anteriores estruturas, o que é potenciado pela neutralidade semântica do verbo “ser”, cujo sentido é explicitável numa formulação de ordem proposicional:

Prisioneiro é	<ul style="list-style-type: none"> = viver o tempo parado = libertar-se interiormente = desesperar-se = desconhecer o seu destino = rotinizar tarefas 	<div style="border-left: 1px solid black; padding-left: 10px;"> <i>ASSIM</i> </div>
---------------	--	---

Figura 8

2.3. Assitimos, no todo textual segmentado neste excerto, à tentativa de captar, na sucessividade discursiva, um mesmo intervalo temporal não evolutivo, compacto e não divisível. Este objecto de representação confina, facilmente, com a atemporalidade, pois que o tempo é por definição ritmo, sucessão e movimento. A activação de um modo de enunciar destemporalizado não pode manter-se sem que em algum momento haja relativização ou instanciação, mas entretanto fica patente o esforço de conformação de algo que está nas fronteiras do cognoscível, que é o conhecimento de nós próprios fora do universo composto pela fixação das nossas acções em relação de ordem evolutiva e causal, a perfazer a linha do tempo.

O PRS é o tempo convocado neste contexto. Porém os seus valores e funções não são homogeneizáveis e são dependenciais do tipo de enunciação implementada. Assim, enquanto tempo verbal implícito a toda a proposição que não apresentar temporalização explícita, o PRS é capaz de descomprometer a acção de qualquer nexos temporal e, por conseguinte, dissociar o discurso de todo o ponto de origem axial fixado (desinstanciação enunciativa). Designo esta activação do PRS como PR atemporal. De outra ordem é o PR gnómico ou definicional, que, no excerto, ocorre num contexto de alteridade enunciativa ou de *transvo-calização*. O PR gnómico, ao contrário do PR atemporal, acusa uma vigência (ainda que de relativização precária, porque se trata de uma vigência ilimitada). O PR habitual e o PR indicial implicam a instanciação

discursiva e portanto fazem pressupor a possibilidade de relativização temporal. Ambos se apresentam como não evolutivos e sobre os Its que configuram pode aplicar-se o que Poulet afirmou acerca da noção de “instante”: aceitam «toutes les mesures et toutes les démesures» (Poulet, 1968: p. 13). A conclusão mais geral a que é possível chegar, neste âmbito, é a de que sendo distinta a separação entre PR atemporal, por um lado, e PR gnómico, habitual e instantâneo, por outro, e devendo ser negada uma relação de tipo “*parte-todo*” entre os PRs *temporais*, todos concorrem funcionalmente, como penso ter demonstrado, para a expressão eficaz daquilo que contraria a própria corporeidade do discurso: a estagnação temporal.

BIBLIOGRAFIA

- ADAM, J. M.; LUGRIN; Gilles; REVAZ, Françoise
1998, «Pour en finir avec le couple récit/discours» in *Pratiques*, 100, pp. 81-98.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline
1978, «Les formes du discours rapporté – remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés» in *DRLAV*, 17, pp. 1-87.
- BOLINGER, Dwight L.
1947, «More on the present tense in English» in *Language*, 23, pp. 434-6.
- CALVER, Edwards
1946, «The uses of the present tense forms in English» in *Language*, 22, pp. 317-325.
- CHARAUDEAU, Patrick
1992, *Grammaire du sens et de l'expression*, Paris, Hachette.
- COHN, Dorrit
(1999) 2001, *The Distinction of Fiction*, Baltimore, The John Hopkins University Press; trad. em francês: *Le Propre de la Fiction*, Paris, Seuil.
- COMBETTES, Bernard
1990, «Énoncé, énonciation et discours rapporté» in *Pratiques*, 65, pp. 97-111.

- COWPER, Elizabeth
1998, «The simple present in English. A unified treatment» in *Studia Linguistica*, 52, pp. 1-18.
- DANON-BOILEAU, Laurent; BOUSCAREN, Janine
1984, «Pour en finir avec proscute» in *Langages*, 73, pp. 57-73.
- FONSECA, F. Irene
Arts. «Aspecto» e «Auxiliar» in *Verbo, Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*, Vol. 19 (suplemento de A.-G.)
- FONSECA, F. Irene
1982, «O Perfeito e o Pretérito e a teoria dos níveis de enunciação» in *Biblos*, LVIII; também em F. I. Fonseca, 1994: pp. 37-58.
- FONSECA, F. Irene
1984, «Para o estudo das relações de tempo no verbo português» in *Boletim de Filologia*, Tomo XXIX; também em F. I. Fonseca, 1994: pp. 15-28.
- FONSECA, F. Irene
1985, «Deixis et anaphore temporelle en portugais» in *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, Vol. II; também em F. I. Fonseca, 1994: pp. 59-73.
- FONSECA, F. Irene
1987, «Referência, 'translação de referência' e 'excesso referencial': para uma leitura do 'excesso' em dois textos de Óscar Lopes» in *Actas do Encontro de homenagem a Óscar Lopes*, APL; também em F. I. Fonseca, 1994: pp. 75-86.
- FONSECA, F. Irene
1990, «Deixis, dependência contextual e transposição fictiva: contributos para uma teoria enunciativa da ficção» in *Actas do VI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*; também em F. I. Fonseca, 1994: pp. 87-103.
- FONSECA, F. Irene
1992, *Deixis, Tempo e Narração*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida.
- FONSECA, F. Irene
1994, *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora.
- GENETTE, Gérard
1991, *Fiction et Diction*, Paris, Seuil.

- MARTIN, Robert
(1983) 1992, *Pour une Logique du Sens*, Paris, PUF.
- MOESCHLER, J.; BÉGUELIN, Marie-José
2000, *Référence Temporelle et Nominale*. Actes du 3^e Cycle Romande de Sciences du Langage, Berne, Peter Lang.
- NEF, Frédéric
1986, *Sémantique de la référence temporelle en français moderne*, Bern, Peter Lang.
- OLIVEIRA, F. e LOPES, Ana Cristina Macário
1995, «Tense and aspect in portuguese» in R. Thieroff (Org.): pp. 95-115.
- PLUNGIAN, Vladimir A.
2001, «The place of evidentiality within the universal grammatical space» in *Journal of Pragmatics*, 33, pp. 349-357.
- REVAZ, Françoise
1998, «Variétés du Présent dans le discours des historiens» in *Pratiques*, 100, pp. 46-61.
- SERBAT, G.
1988, «Le prétendu présent de l'indicatif: une forme non déictique du verbe» in *L'Information Grammaticale*, 38, pp. 32-35.
- THIEROFF, R. (Org.)
1995, *Tense systems in european languages II*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.
- VET, Co
2000, «Référence temporelle, aspect verbal et les dichotomies massif/comptables et connu/nouveau» in J. Moeschler; M.-J. Béguelin: pp. 145-166.
- WILLIAMS, Christopher
2002, «Non-progressive aspect in English in commentaries and demonstrations using the present tense» in *Journal of Pragmatics*, 34, pp. 1235-1256.

ANEXO

- (A1) Acompanhou-me, sem eu querer, como uma lua e uma sombra.
(A2) Quando parei à força, continuou correndo, mas com os dias reparou em mim e voltou atrás.
(A3) Eu quieto e ele não.
(A4) Corrigiu-se, abrandou.
(A5) Vai parar.
(A6) Parou.
(B7) O tempo parado é uma companhia que não pedi nem tive o direito de recusar.
(B8) O tempo e eu, no Caiundo, fechados numa tenda esmurrando os nervos.
(B9) Preso numa área de aquartelamento nas Terras do Fim do Mundo, solto a única parte livre de mim e, mentalmente, desbravo territórios que não conheço, voo para um espaço situado fora de qualquer mapa, e, nesse império íntimo, contemplo o tempo em imobilidade completa.
(B10) Os velhos xamãs aztecas conheciam esta fuga.
(B11) Respiro o ar dos afogados e não há angústia nem esbracejar.
(B12) Respiro lufadas de água.
(B13) Cada deserto acontece-me sempre à vista de um rio – e lá está ele no seu braço.
(B14) A UNITA quer fazer-me desistir na espera.
(B15) Como aprendeu que as bestas não são de andar à solta, deu-me a tenda para definhar em privacidade.
(B16) Quando me consumir, então virão ver, lamentar e noticiar.
(C17) Exumando tudo o que é meu, não é muito: um planeta de cosmogonia aristotélica.
(C18) Vivo num universo quadrado e plano, erguido em quatro gomos de tecido, com a abóbada triste de uma barraca sem estrelas.
(C19) No espaço exterior, há um satélite sem vida inteligente: trouxeram-me uma cadeira.
(D20) Sento-me e leio *Atlas*, de Michel Serres.
(D21) «Le livre que j'écris est plus la chair de ma chair que ma chair elle-même.»
(D22) Sento-me e leio o *Portable* de Jane e Paul Bowles.
(D23) O primeiro é excelente, o segundo é um tesouro.
(D24) Não aguento nenhum deles.
(D25) Sento-me. Levanto-me. Sento-me.

- (D26) Sucede virem ter comigo, falam um bocadinho, pedem desculpa e vão embora, apresentando vénias e simpatias devidas a um entrevado.
- (E27) Encontraram dois corpos estampados contra as pedras dos rápidos, três quilómetros a montante daqui.
- (E28) Já estão azuis de podre.
- (E29) Nas áreas da UNITA não há crime. Há rápidos.
- (E30) O caso merece, portanto, investigação.
- (E31) Eu não fui autorizado a ir, nem ao crime nem aos rápidos.
- (E32) Mas percebo que me apetecia.
- (E33) Foram ver se era gente ou animais.
- (E34) Voltaram com uma resposta classificada.
- (E35) Eram, visto isso, cabras. Cabras azuis.
- (E36) Cabras passam diariamente entre mim e o Sol.
- (E37) Não as encontro da espécie azul;
- (E38) será do contraluz.
- (F39) Leitura, descanso, reflexão, exercício, música.
- (F40) Nada me apetece. Bois passam também – sem me falar, é indesmentível.
- (F41) Executam levitações contra a silhueta do arame farpado à hora poente.
- (F42) Sobrevivo pela disciplina, numa religião de gestos sem importância, em esforço de apego à vida:
- (F43) o arco metálico de água fria nas costas, sob o chuveiro de campanha, ao fim da tarde; as mãos lavadas antes de comer; os dentes lavados antes de deitar; as botas bem sacudidas antes de calçar.
- (F44) Certifico-me do corpo através da pele.
- (F45) Um prisioneiro deve ser assim. (...)